

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL: PERÍODO COLONIAL

META

Apresentar as razões da expansão da pedagogia (ensino) jesuítica no Brasil-colônia e, posteriormente, a sua expulsão motivada pela reforma da educação patrocinada pelo Marquês de Pombal.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
compreender os valores pedagógicos do trabalho educativo dos jesuítas e sua superação por ideologia contrária defendida pelos ideais iluministas em vigor no reinado de D. José I.

PRÉ-REQUISITO

Aula de número 02.



Ratio Studiorum, Companhia de Jesus, 1599
(Fonte: <http://www.amdg.ie>).



Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777 e responsável pela expulsão dos jesuítas de todas as terras sob a influência de Portugal, em 1759. Com a saída dos jesuítas, a educação brasileira viveu uma grande ruptura histórica em seu processo educacional (Fonte: www.patrimoniolsz.com.br).

INTRODUÇÃO

Um dos efeitos do conhecido movimento de idéias denominado Renascença e da Reforma Religiosa, já lembrado na aula precedente, foi a criação e o desenvolvimento (e incentivo) muito rápido dos colégios jesuítas, sobretudo em países de obediência à igreja católica. Agora, aparecia como inevitável superar o ideal antigo (medieval) de ascetismo negativo, de renúncia absoluta às coisas terrenas, de submissão total ao pensamento (da razão) à revelação divina, enfim, transformar as formas esclerosadas da cultura medieval que não mais satisfaziam às exigências do mundo moderno em expansão.

Diante desse quadro histórico novo, a igreja católica decidiu por uma tomada de decisão intermediária, optando por um amálgama (mistura, articulação) das tendências em vigor, contanto que não se perdesse de vista a formação escolar medieval. Foi a obra de Inácio de Loyola (religioso espanhol – 1491-1556, descendente de família nobre) que, a partir de 1521, passou a combater a heresia, tanto que em 1534, em Paris, na Abadia de Montmatre, lança as bases da Companhia de Jesus. Em 1537, a ordem religiosa é, oficialmente constituída, e 3 anos mais tarde aprovada pelo Papa Paulo III. Criam-se, então, “os soldados de Cristo”, os jesuítas, cuja obra religiosa e educativa prestou inestimável serviço à Contra Reforma Católica, sendo, portanto, o marco docente a vigorar por quase 250 anos, inclusive aqui no Brasil.

Aos colégios jesuítas que se estenderam de, mais ou menos, 1540 a 1773, se espalharam pelo novo mundo em número surpreendente, já em 1650, havia 372 colégios e alguns já tinham recebido mais de 2000 alunos.



Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, em 1534 (Fonte: <http://www.ecefas.com.br>).

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR JESUÍTA

O êxito do ideário educacional jesuítico deveu-se ao fato de, muito cedo, ter reconhecido a aspiração, o forte desejo utilitário da burguesia ascendente que sentia necessidade de equipar os seus filhos com uma formação voltada para o lucro, para os negócios e para a acumulação da riqueza. Para essa burguesia ansiosa por vantagens econômicas e sociais, a língua latina e a cultura clássica se impunham como o meio para se aceder aos cargos da medicina, do fórum, da magistratura e das chancelarias.

Como vocês já viram em outras disciplinas, os jesuítas elevaram o latim à categoria de língua internacional, universal e indispensável à diplomacia. Por isso, era através dela (da língua latina) que se estabeleciam com o estrangeiro laços de cordialidade ou de estima ou ainda se formavam/firmavam acordos com os países que constituíam o mundo mercantil da época.

Esse espírito utilitário da educação jesuítica é acolhido pela sociedade portuguesa em evidência econômica. Com uma organização hierárquica rígida e centralizada, tendo no topo uma autoridade encarregada de orientar os colégios dispersos por regiões, os reitores desses colégios imprimiam uma direção rigorosa aos professores que lhes votavam obediência estrita. Esse rigor estava determinado em “Constituições” escritas que, em 1599, tornaram-se conhecidas como “Ratio Studiorum” ou programa de estudos que se viu fixado por mais de dois séculos de educação jesuítica.

A “Ratio Studiorum” (espécie de legislação do ensino) era dividida em dois ciclos de estudos: a) o primeiro se apresentava em cinco classes: três de gramática, uma de humanidades e uma de retórica; b) o segundo compreendia três anos de filosofia e quatro de teologia. Esses colégios, como estamos vendo, apresentavam, ao mesmo tempo, uma etapa secundária e outra superior. Para além da vasta cultura geral lecionada, o ensino do latim ocupava espaço de demasiado prestígio, pois era exigido em todos os cursos e até nos recreios o uso do latim era obrigatório.

Assim, a língua materna era excluída, não tinha vez diante de todo um sistema de supervalorização do gosto pelo erudito, pelo incentivo exagerado aos concursos e prêmios, às disputas e aos torneios de eloquência e de representações (lingüísticas) dramáticas perante o público.

Com raras exceções, essa educação, até o século XVIII, permanece aristocrática e limitada a um pequeno universo de beneficiários. Deslocada da diversidade do contexto social em que se insere, esse sistema de ensino ignora o povo, pois lhe oferece apenas aulas rudimentares ministradas à sombra de paróquias, com o único objetivo de formar meninos para o coro e canto da igreja. Esse ensino rudimentar era próprio das escolas chamadas de caridade (gratuitas). Eram aulas generosas, tidas como

populares, e compreendiam leitura, escrita, ortografia, aritmética e catecismo. O quadro brasileiro desse longo período se acha muito bem descrito nesta passagem da Profa. Romanelli:

“O ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutro (do ponto de vista nacional, como quer Fernando de Azevedo), não podia, por isso mesmo, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época”.

CONCLUSÃO

Vimos, ao longo desta aula, que o europeu procurou fixar, de alguma forma, no início da era moderna (século XVI) algum tipo de legislação que pudesse preservar práticas e costumes educacionais tradicionais, no contexto do mundo em mudanças socioeconômicas e culturais profundas.

Diante do quadro de transformação que se vislumbra, a igreja católica mostra (estabelece) um processo, uma proposta, para a educação geral, com base nos ensinamentos e na visão de mundo da ordem religiosa conhecida como a Companhia de Jesus.

A pedagogia jesuítica se estabelece com a missão de preparar uma mentalidade nova e progressista (sem abdicar de seu viés conservador e religioso), apresentando uma plêiade de professores competentes que se dedicaram à formação de quadros para servir à burguesia ascendente.

Em pleno século XVIII, a Companhia de Jesus, pelos seus feitos religiosos e pedagógicos, torna-se “a glória da Igreja Católica”, quando é duramente golpeada pela reforma portuguesa da instrução pública operada pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII.

RESUMO

Do século XVI ao século XVIII, emerge, se consolida e se extingue a fase jesuítica da escolarização colonial, no Brasil. Nesse longo período, toda a Europa experimenta mudanças religiosas, sociais e políticas extraordinárias: a reforma protestante e a contra-reforma católica, os grandes descobrimentos e o avanço tecnológico e científico e a necessidade de os países colonizadores se estabelecerem no novo mundo. É nesse clima de renovação que surge a ordem religiosa conhecida como a Companhia de Jesus, encarregada da missão pedagógica/educacional para atendimento dos novos anseios da classe burguesa mercantil, endinheirada e em ascensão. Para o novo mundo, os jesuítas reservaram o trabalho paciente e eficiente da catequese do que denominavam “gentios” (nativos) e para os colonos abastados a formação intelectual, visando à continuidade do poder central (da metrópole). Essa empresa pedagógica/educacional e catequética se estende até a segunda metade do século XVIII, quando se dá a expulsão da ordem jesuítica do território brasileiro, por força dos ideais iluministas do Marquês de Pombal, ministro poderoso do então rei de Portugal – D. José I.

**ATIVIDADES**

1. Aponte as causas que favoreceram à expansão os ideais pedagógicos jesuíticos no novo mundo, inclusive no Brasil. Escreva um pequeno texto e solicite a apreciação de seu tutor.
2. Quais os motivos políticos, pedagógicos e culturais que levaram o Marquês de Pombal a expulsar os jesuítas do Brasil?

**COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES**

Em relação à organização do ensino no Brasil, os jesuítas foram pioneiros na tentativa de legislar a prática pedagógica, em todos os níveis, nos colégios distribuídos por toda a Colônia. Essa organização foi desmantelada por ideologia contrária à jesuítica, defendida pelo poderoso ministro do Rei D. José I, o Marquês de Pombal.



AUTO-AVALIAÇÃO

Com esta aula, passo a compreender o papel do ensino religioso no Brasil-colônia, por mais de 200 anos e ainda conhecer algumas das causas culturais e pedagógicas que levaram o Marquês de Pombal a pôr fim à pedagogia jesuíta em território brasileiro.



PRÓXIMA AULA

O ensino no Brasil imperial: momentos decisivos – esse tema vai focalizar a situação educacional encontrada pela família real, a partir de 1808, quando de sua transferência para o Rio de Janeiro e daí até às vésperas da República.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1944.
- MANACORDA, Alighiero. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.
- SODRÉ, Nelson. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.